

# BIJAGÓS

## O TESOURO SAGRADO DA GUINÉ-BISSAU

Pela segunda vez, o governo vai candidatar o arquipélago a Património Mundial da UNESCO. É uma oportunidade para proteger a maior jóia de um dos países mais pobres do mundo.









Texto de Marisa Soares

Fotografias de Pedro Narra

**I**lhas sagradas, poderes do além, rituais e mitos ancestrais. Para lá das praias de areia fina e dos canais de águas mornas, bordejados por palmeiras e mangais, há segredos guardados num equilíbrio profundo entre homem e natureza, em que um tem garantido a sobrevivência do outro. Mas até quando?

O arquipélago dos Bijagós é uma das últimas jóias de África. Chamam-lhe, em crioulo, *bemba di vida* (o celeiro da vida, em português). É fácil perceber porquê. As suas 88 ilhas são reservatórios de biodiversidade de importância mundial e servem de maternidade para espécies em risco de extinção. Nos





cerca de quarenta mil hectares de mangais, passeiam aves provenientes do outro lado do mundo, crocodilos, uma colónia única de hipopótamos marinhos e a maior população de manatins da África Ocidental. É um reduto de vida selvagem em estado puro.

Porém, este equilíbrio, mantido graças aos valores culturais do povo que dá nome ao arquipélago (uma das trinta etnias da Guiné-Bissau) e à sua relação harmoniosa com a natureza, começa a ser perturbado por pressões do mundo exterior. Em troca de pirogas a motor ou de telhados de zinco, a população está lentamente a ceder à exploração turística e a perder o controlo sobre alguns dos recursos que têm garantido a sua sobrevivência.

Situado na área ocidental do continente, o arquipélago (o único em forma de delta na costa atlântica africana) é um ponto de encontro de estuários continentais e correntes costeiras vindas da Guiné e das Canárias. O território estende-se por dez mil quilómetros quadrados, divididos por canais pouco profundos, nos quais a circulação é difícil. A ligação ao continente faz-se através de um barco-carreira entre Bissau e a ilha de Bubaque (a mais movimentada, considerada a capital do arquipélago), às sextas-feiras, e de uma ou outra avioneta.

“A insularidade é muito forte e a organização tradicional da sociedade, ligada aos tabus, tem contribuído para a preservação dos recursos ao longo do tempo”, resume Augusta Henriques, directora da organização não-governamental guineense Tiniguena.

Os bijagós, que representam 80 a 90% dos 34 mil habitantes, vivem em casas de adobe e palha, em tabancas (aldeias) concentradas no centro das ilhas. No litoral, o rasto de presença humana resume-se aos acampamentos temporários erguidos para o cultivo do arroz ou para a extracção do óleo de palma, usados em quase todos os pratos da cozinha bijagó, e do vinho de palma, bebida alcoólica barata servida nas cerimónias religiosas e nas festas tradicionais.

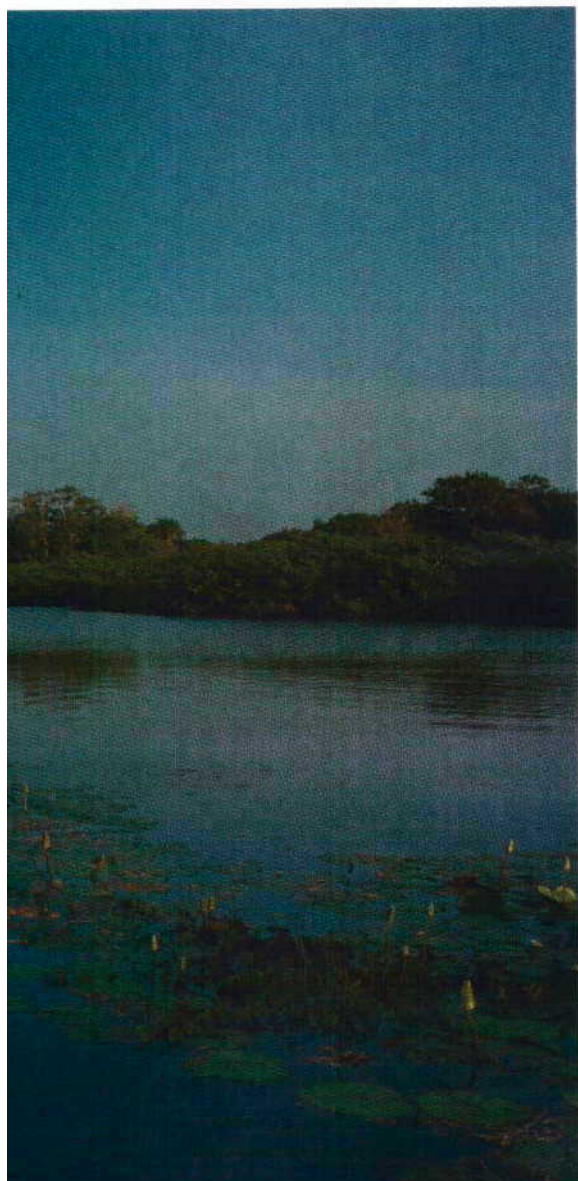
Apenas 21 ilhas são ocupadas em permanência. As restantes são sagradas, habitadas por divindades e espíritos ancestrais. Fortemente animistas, os bijagós acreditam que os deuses se manifestam na natureza

e que punem quem a destrói. É a “maneira tradicional de conceber a conservação”, diz Augusta Henriques.



#### 88 ILHAS DE BIODIVERSIDADE ÚNICA

O arquipélago divide-se em quatro regiões administrativas: Bolama (mais próxima do continente), Bubaque, Uno e Caravela. A circulação entre as ilhas é difícil e perigosa, sobretudo na época das chuvas, de Julho a Setembro.









#### ARTISTAS INATOS

Os bijagós têm grande aptidão para a escultura, cuja técnica, reservada aos homens, passa de pais para filhos. Com uma faca afiada, transformam troncos de madeira em estátuas, bancos ou máscaras utilizadas nos rituais.



As lendas condicionam a forma como os bijagós se relacionam com os animais. Reza a história que um homem, vendo um hipopótamo invadir os arrozais que lhe davam o sustento, tentou matá-lo. Os deuses não tardaram no castigo: o filho que lhe nasceu trazia um defeito no lábio, no mesmo sítio em que a lança atingiu o animal. O que seria da única colónia conhecida de hipopótamos marinhos, existente nos mangais da ilha de Orango, se a lenda que os considera sagrados se tivesse perdido no tempo?

O respeito pelas divindades também dita as regras da ocupação do território. Na ilha de Rubane, por exemplo, não se pode derramar sangue ou enterrar corpos, nem que seja de animais. Também

não é permitido fazer construções definitivas. Em várias ilhas, é proibido ter relações sexuais.

Muitos locais estão reservados à realização de cerimónias de entronização dos líderes (ou régulos) das tabancas ou a rituais de iniciação, nos quais os anciãos ensinam aos mais jovens tudo o que sabem sobre o funcionamento dos ecossistemas.

Para desembarcar em Poilão é preciso ter autorização dos espíritos e só os homens adultos da aldeia de Ambeno têm carta branca. A coberto desta protecção divina, todos os anos a ilha é palco de um espectáculo raro: no final do Verão, chegam às praias milhares de fêmeas de tartarugas-verdes, que põem 7.000 a 37.500 ovos. As crias minúsculas





tentam vingar a viagem das progenitoras e fazem maratonas pela areia até à água, na luta pela sobrevivência. Resultado: a ilha é hoje o principal ponto de desova desta espécie em vias de extinção e um dos três principais à escala global.

A criação do Parque Nacional Marinho João Vieira-Poilão, em 2000, reforçou a protecção do ecossistema. Em 2001, a zona foi declarada Dom à Terra, no âmbito da campanha do Fundo Mundial para a Natureza. Hoje, 20% do arquipélago está inserido em zonas protegidas: ao Parque de João Vieira-Poilão juntam-se o Parque Nacional de Orango, criado para preservar os 140 hipopótamos marinhos que ali resistem, e a Área Marinha Protegida

Comunitária das Ilhas de Urok, que visa manter a exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

A pesca ilegal é a principal ameaça à riqueza do arquipélago. Nas últimas décadas, o destino tornou-se apetecível para pescadores estrangeiros, sobretudo senegaleses e da Guiné-Conacri, que ao contrário dos bijagós – pescadores artesanais com pequenas pirogas movidas a remos ou à vela – pescam grandes quantidades de peixes, tubarões e raias.

“Em 1999, existiam nas praias da ilha de Orango 12 ou 13 acampamentos de senegaleses, com centenas de barracas e barcos de 20 metros equipados com redes gigantescas e arcas congeladoras”, descreve Paulo Catry, investigador do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, em Lisboa.

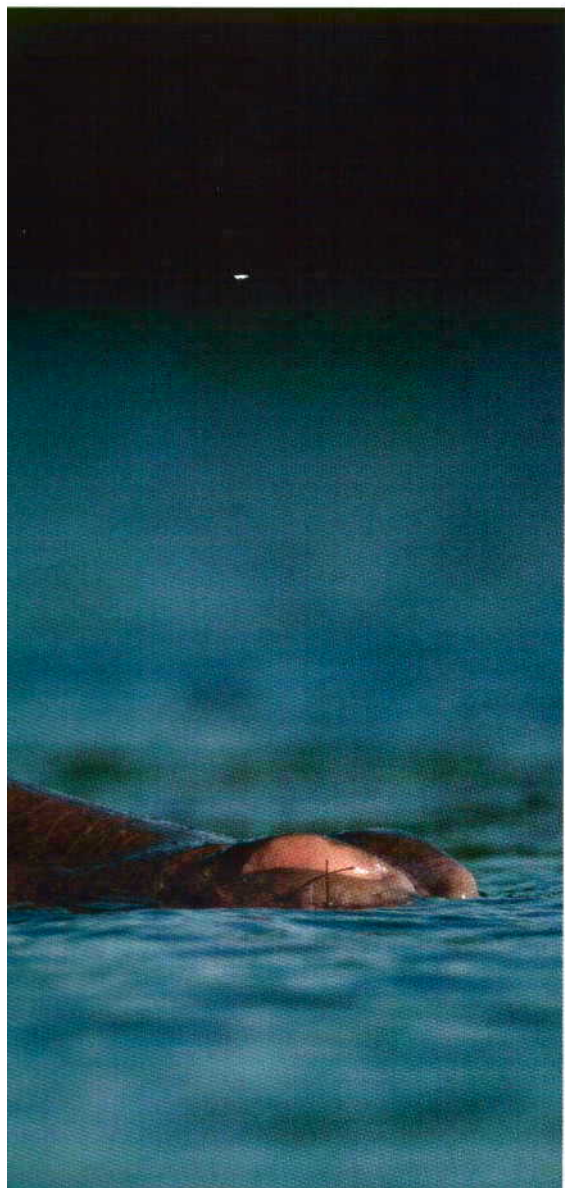
Nas suas investidas, estes pescadores “apanham grandes quantidades de peixe, capturam acidentalmente tartarugas, manatins e até peixe-serra”, espécie importante na cosmogonia bijagó mas actualmente extinta no Atlântico: os últimos exemplares de peixe-serra foram avistados nos canais do arquipélago há dois anos. Os parques “não acabaram com a pesca ilegal, mas conseguiram contê-la”, diz o investigador.

A biodiversidade identificada no arquipélago constitui uma lista respeitável: 471 espécies de plantas, 283 de aves, 29 de mamíferos, 13 de anfíbios e 31 de répteis, às quais se juntam 155 espécies de peixes. Estes números levaram a UNESCO a atribuir ao arquipélago o estatuto de Reserva da Biosfera em 1996. No ano passado, as ilhas foram designadas como sítio Ramsar por estarem na rota migratória de 31 espécies de aves limícolas, para as quais este é o segundo local mais importante da África Ocidental, a seguir ao Banco de Arguim, na Mauritânia.

Pelas ilhas passam, durante o Inverno boreal, 700 a 900 mil garajaus vindos da Europa, painhos da Antárctida, colhereiros, águias-pesqueiras, fuselos e pilritos, entre outras espécies para as quais o arquipélago é “um ponto quente mundial”, explica Catry, especialista em aves e tartarugas-marinhas.

Apesar desta riqueza, falta um galardão ao governo guineense: o de Património Natural e Cultural da Humanidade, distinção atribuída pela UNESCO.

Nos mangais da ilha de Orango, vive a única colónia conhecida de hipopótamos marinhos, sagrados para os bijagós. Na estação seca, passam o dia nas lagoas de água doce e no crepúsculo dirigem-se ao mar para se libertarem de parasitas.





Há apenas 31 locais com essa designação e cinco são em África, continente que alberga meros 9% do património classificado no mundo.

Em Janeiro de 2012 foi entregue em Paris uma primeira candidatura, mas a Guiné-Bissau não passou no teste. A instabilidade política e social na antiga colónia portuguesa, com 40 anos de guerras civis que culminaram num golpe militar a 12 de Abril daquele ano, terá pesado neste desfecho. O facto de o arquipélago ser frequentemente apontado como ponto de passagem na rota do narcotráfico é outra mancha na reputação do país.

“Os avaliadores da UNESCO consideraram que faltava o envolvimento do Estado para garantir a conservação do bem”, confirma Alfredo Simão, director do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) da Guiné-Bissau, responsável pela elaboração da candidatura. Para os peritos, os argumentos para a classificação como Património Natural e Cultural não eram suficientemente fortes e as medidas de protecção do bem – sobretudo da cultura bijagó – não estavam garantidas.

“Estamos convencidos de que este é um sítio de património misto”, insiste Alfredo Simão. Para o provar, o IBAP mudou de estratégia: em Janeiro de 2017 será entregue a candidatura apenas a Património Natural.

“Se for aceite, depois teremos tempo para trabalhar melhor a parte cultural e tentar a dupla classificação”, explica, garantindo que a população está envolvida no processo. A Tiniguena e a União Mundial para a Conservação da Natureza prestam apoio.

O novo governo, no poder desde Abril de 2014, parece empenhado. A equipa liderada por Domingos Simões Pereira elegeu a aposta na biodiversidade e na criação de um plano estratégico para o turismo como bandeiras do seu programa de trabalho. “O nosso lema é turismo com sustentabilidade para as gerações futuras, não queremos um turismo de massas”, afirma o director-geral de Promoção e Investimentos Turísticos da Secretaria de Estado do Turismo, Juliano Nunes.

O turismo é a segunda maior ameaça à preservação do arquipélago, embora a procura (cerca de mil visitantes por ano) seja ainda residual se comparada com outros destinos tropicais. Mas é expectável que aumente. “Todos os dias surgem novos investidores estrangeiros interessados, por isso temos de reforçar a legislação”, declara o representante do governo.

O arquipélago está na rota de dezenas de espécies de aves migratórias que encontram comida nos canais pouco profundos entre ilhas (à direita). É também um dos santuários de tartarugas da África Ocidental (em baixo).





Segundo números oficiais, existem no arquipélago 16 operadores turísticos (dez só em Bubaque) e um total de 230 camas. São pequenos empresários independentes, essencialmente franceses, que gerem os seus negócios de forma familiar. A maioria dos estabelecimentos centra-se na pesca desportiva e apenas um está voltado para o ecoturismo.

O problema está na forma “errática” como os operadores se instalaram, cada um à procura da “sua ilha deserta”, aponta o estudo “Dinâmicas e Impactes da Expansão do Turismo no Arquipélago dos Bijagós”, pedido pela Tiniguena e pelo Instituto Marquês de Valle Flôr. “A estratégia dos investidores consiste frequentemente na aproximação ao chefe das terras ou aos anciãos, subornando-os para obter o seu envolvimento por escrito”, prossegue o documento.

Também os jovens são aliciados pelos operadores com promessas de emprego, educação e saúde, em troca de apoio aos empreendimentos. “Estão a fazer-lhes lavagens ao cérebro”, denuncia Augusta Henriques, referindo-se também às escolas religiosas que começam a instalar-se nas ilhas, com regras incompatíveis com os valores bijagós.

Muitos estão a abandonar as aldeias, fragilizando a organização social, em que os mais velhos são suportados pelos mais novos, e usam os recursos

naturais como bilhetes de ida. “Os jovens percebem que podem fazer dinheiro em Bissau vendendo, por exemplo, exemplares de papagaio-cinzentode-timneh (espécie endémica e vulnerável), e que isso lhes dá acesso a produtos que começam a cobiçar”, como telefones, diz Paulo Catry.

A directora da Tiniguena aponta outra ameaça: a prospecção petrolífera. “Há contratos para avaliar a viabilidade económica” da exploração de petróleo no arquipélago, mas os negócios estão “rodeados de discrição”, critica. Augusta Henriques alerta por isso que “os bijagós têm de manter o controlo sobre espaços estratégicos para a sua comunidade”, sob pena de todas as tradições que dão alma ao território ruírem como um baralho de cartas.

As esperanças estão todas depositadas na segunda versão do dossier de candidatura e nos planos que ainda estão a ser preparados em Bissau. Será esta a última oportunidade para salvar os Bijagós? “Não diria para salvar, porque o meio não está degradado, mas sim para direccionar o desenvolvimento do arquipélago, atraindo investimento sustentável”, conclui o director do IBAP. Num lugar onde a vida sempre correu ao ritmo das marés, trava-se agora uma luta contra o tempo para não perder a pureza original deste paraíso africano. □





## UMA SAGA NATURAL

Todos os anos, milhares de fêmeas vão pôr os ovos nas praias da ilha de Poilão, que é hoje o principal ponto de desova em toda a África Ocidental para a espécie em vias de extinção. As crias tentam depois chegar ao mar para vingar a viagem das progenitoras.

